

**ENTRE A NARRATIVA HISTÓRICA E A LITERÁRIA: AMBIGUIDADE E NACIONALISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS JESUÍTAS NO ROMANCE HISTÓRICO *AS MINAS DE PRATA*, DE JOSÉ DE ALENCAR**

Rafaela Mendes Mano Sanches \*

**Resumo:** Este trabalho objetiva estudar a ambiguidade representativa da Companhia de Jesus no romance histórico *As Minas de Prata*, cujo enredo relê criticamente a Instituição religiosa como intérprete do território colonial, detentora do poder religioso, e concorrente do poder político colonial. Entre o discurso histórico e literário, a obra ficcionaliza o discurso cronístico dos jesuítas e as práticas religiosas dos loiolanos no período seiscentista, apreendendo a duplicidade de suas funções que se revela entre as imagens do jesuíta missionário e do jesuíta político. Com efeito, a narrativa literária entra em processo dialógico com a narrativa histórica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme ambas buscam o lugar dos jesuítas e a tarefa que eles tomam na construção da nacionalidade brasileira. Estudaremos a ficcionalização da Companhia de Jesus no romance alencariano, a partir das apropriações e interpretações do discurso oficial do IHGB, buscando compreender como José de Alencar pensa a religião no seu romance *As Minas de Prata*, e como responde as demandas de sua época concernentes à figura polêmica dos loiolanos.

**Palavras-chave:** Romance histórico. Companhia de Jesus. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ambivalência

**BETWEEN HISTORICAL AND LITERARY NARRATIVE: AMBIGUITY AND NATIONALISM IN THE HISTORIC NOVEL “AS MINAS DE PRATA” JESUITS REPRESENTATION, BY JOSÉ DE ALENCAR**

**Abstract:** This work aims to study the Company of Jesus' representative ambiguity in the historical novel *As Minas de Prata*, which relay plot critically religious institution as an interpreter of the colonial territory, holder of religious power, and rival the colonial political power. Between the historical and literary discourse, the work fictionalizes the speech of the Jesuits and the religious practices of Jesuits in the XVII Century, seizing duplication of their functions is revealed between the images of the Jesuit missionary and political Jesuit. Indeed, the literary narrative comes into dialogic process with the historical narrative of the Brazilian Historical and Geographical Institute, as both seek the place of the Jesuits and the task they take on the construction of Brazilian nationality. This study aims the fictionalization of the Society of Jesus in the novel, from appropriations and interpretations of official speech IHGB, trying to understand how José de Alencar thinks religion in his novel, and how to answer the demands of his day concerning the controversial figure of Jesuits.

**Keywords:** Historical novel. Society of Jesus. Historical and Geographical Brazilian Institute. Ambivalence.

---

\* Doutora em Teoria e História Literária, na área de Concentração em História e Historiografia literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

## Introdução

O romance *As Minas de Prata*, de José de Alencar, foi publicado pela Bibliotheca Brasileira de Quintino Bocaiúva em 1862, com dezenove capítulos iniciais e com o título *As Minas de Prata: continuação do Guarani*. Somente em 1865, José de Alencar retoma sua obra e a publica em seis volumes, pela editora B. L. Garnier, fazendo algumas modificações na primeira versão: retira notas, altera o próprio título e acrescenta outros capítulos. A mudança no título, relacionada à exclusão das notas sugere outro viés de leitura, que ressemantiza a trama romanesca e a desvincula de *O guarani*. Assim, se em 1862, Alencar sugeria uma chave de leitura para aquele romance, seja pelo título que o atrelava ao *O Guarani*, grande sucesso na época, seja pela citação de suas fontes históricas, em 1865, joga o leitor no seu labirinto textual e o deixa construir os caminhos da própria rede narrativa. Por um lado, Alencar retira suas matrizes historiográficas, por outro, traz citações de cronistas, bem como a atuação desses personagens na obra, fato que sinaliza a confecção de sua prosa de natureza histórica e os artifícios de seu discurso narrativo. Abrindo o romance histórico para uma linguagem seiscentista, o discurso narrativo de *As Minas de Prata* ganha hibridez, contracenando um narrador que situa um discurso nos seiscentos para explicar os costumes, as descrições, citando cronistas, a saber, Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim, e outro que está em constante diálogo com o século XIX e com suas concepções de História e moralismo. O narrador se propõe a reviver e reaver aquele passado nacional. Assim, o romance histórico, caracterizado por recriar ambientes e mentalidades do passado, é escrito por Alencar, que convida o seu leitor a reviver aquele momento e conhecê-lo.

O fio condutor da trama enfoca as lutas e aventuras pela posse do roteiro das minas de prata, feito pelo personagem Robério Dias, que procura não despertar suspeitas na sua exploração da gruta, porém, os rumores sobre este local se espalham e o minerador decide revelar o seu segredo ao rei da Espanha. Neste momento, o mapa do explorador é roubado, de modo que Robério é obrigado a retornar ao sertão, acompanhado do representante de El-Rei, D. Francisco de Sousa, para mostrar o seu achado e comprovar sua inocência. Nesse percurso, o minerador morre e, por conseguinte, seus bens são confiscados, o que deixa o filho do aventureiro, Estácio, na mais extrema pobreza. Vivendo sob a sombra de seu passado, Estácio busca sua identidade, desvendando o mistério que cerca as minas e passando por várias peripécias na luta pelo roteiro, ora contra o governador D. Francisco de Sousa, ora contra o

jesuíta Molina, personagem que vem da Espanha a fim de descobrir o paradeiro do pergaminho.

Sendo assim, a grosso modo, as linhas de força do enredo são determinadas pela movimentação de três personagens associados à busca do roteiro: Molina, Estácio, e D. Francisco de Sousa, e, não por acaso, a narrativa contracena dois personagens representantes de Instituições distintas, uma religiosa e outra política, em contraste com Estácio, o protagonista e herói da nação. Este último, sendo de origem mestiça, ostenta o caráter nobre de seus antepassados nativos e portugueses, confrontando-se com os outros dois personagens, Molina e D. Francisco, que, por serem de origem espanhola, circunscrevem os problemas políticos entre Portugal e Espanha. Os confrontos entre os dois sujeitos espanhóis metaforizam os primeiros embates do período colonial, e redimensionam a relação da religião com o Estado, sugerindo os problemas oriundos de “um estado dentro de outro estado”, ou melhor, interpretando a força motriz dos jesuítas na concorrência com o governo do território português.

Ora, o envolvimento de personagens religiosos com as pedras preciosas levanta indagações das práticas eclesiásticas desenvolvidas durante o Brasil Colonial, cujo contexto abordado na prosa gravita em torno da União Ibérica, fornecendo um material entremeado de embates entre nações e Instituições, como a referida disputa entre a Companhia de Jesus e o Estado. Logo na primeira cena, o narrador mostra a rivalidade entre a esfera religiosa e a política:

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares **as grimpas de suas torres, olhando o mar** que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progenitura, a rainha do **império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas** (ALENCAR, 1958, p. 417; grifos nossos).

Nesse trecho, a sublimação da capital baiana é construída por uma dicção grandiloquente, consonante com o mito das minas de prata, cujas imagens simbólicas constituem o *El Dorado* brasileiro. Se por um lado, a linguagem sublime apreende a nobreza daquele local, a narrativa deixa transparecer os primeiros problemas da nação. Assim, o enfoque é dado à modelagem da cidade, potencializada pelas “grimpas de suas torres”, que metaforizam a força política e ideológica da capital, orientada pelo Colégio dos Jesuítas e pelo prédio da Sé. Esse conflito, sinalizado ainda que timidamente, toma fôlego no desenrolar do

episódio das minas.

Dessa maneira, a partir do referido enredo da obra, extraímos da linha norteadora que guia o romance de Alencar, a trama das minas, outra que demarca nosso estudo, a temática da religião. Na ação narrada, a Companhia de Jesus toma lugar significativo, seja por deter a educação do Brasil Colonial, seja por seus membros assumirem funções de cronistas e traduzirem a nova terra, por disputarem a administração colonial, e por exercerem práticas religiosas. Dessa maneira, em *As Minas*, o percurso dos eclesiásticos se vincula à ficcionalização dos ingredientes morais e civilizatórios, e, paradoxalmente, suscita inquietação e suspeitas quanto ao relaxamento moral da Companhia e à adaptação antidogmática exercida pelo padre Molina. O pensamento de Alencar sobre estar a serviço da sua pátria e dos ideais espirituais e civilizatórios, legitimados pela imagem da catequese e das doutrinas moralistas e dogmáticas da Igreja Católica, esboça o seu olhar na reconstituição do passado brasílico e, de certa maneira, na sua projeção do Brasil Imperial. Se os processos de nacionalização da Instituição Inaciana configuram diversificados conflitos na percepção de um passado coerente e unificado, José de Alencar reabsorve as contradições da esfera eclesiástica, encaminhando determinadas representações, cuja ambiguidade se realiza no aproveitamento do catolicismo em outras áreas e esferas.

Em *As Minas de Prata*, a representação religiosa e as querelas políticas da Monarquia Católica de Portugal são circunscritas como um problema histórico e identitário, que traçam um elo em comum entre as obras do escritor. Aliás, os movimentos polêmicos da Igreja Católica, e, sobretudo, da Companhia de Jesus no território brasileiro estabelecem pontes temáticas entre o referido texto do autor e o discurso do IHGB, sobre os quais colocamos a seguinte pergunta pontual: como Alencar representa o catolicismo na busca dos traços identitários? Investigaremos a relação da religião e dos jesuítas com a questão da identidade nacional, e, neste ponto, as relações de proximidade e/ou de distanciamento com a postura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é inevitável.

Sob essa égide, a discussão tocante ao romance histórico alencariano é permeável à preocupação dos letrados e político dos oitocentos. Para os homens de letras conterrâneos de Alencar, os obstáculos que se colocam na resignificação da Corporação são, entre outros, discutir a religiosidade, sobretudo, a presença dos jesuítas no Brasil Colonial, num momento político oitocentista em que os inacianos retomam seu poder na Europa, e retornam ao

território brasileiro; e reescrever o Brasil-Colonial, indicando suas trilhas para o Brasil Imperial diante das polêmicas da Companhia. A figura dos jesuítas, não só como assunto histórico, mas também como construtora da memória do país, pois, afinal, os loiolanos escreveram “histórias”, traz elementos que se transferem para outros dilemas. Por um lado, os eclesiásticos fizeram parte do construto nacional, não obstante, por outro, eles concorreram com o Estado. Como reinventá-los?

Atualizando as imagens da Instituição, a narrativa de *As Minas* demarca seus aspectos e traços de historicidade, bem como o senso histórico subjacente à escolha de ângulo focalizado para narrar as imagens jesuíticas e suas funcionalidades no Brasil. Assim, entender os sentidos dos jesuítas na obra alencariana se faz indissociável do espaço da literatura na esfera política do país, ou antes, da compreensão das funcionalidades, do impacto e das significações da Ordem nas malhas do discurso oficial. Levantamos a hipótese de que o romance alencariano consegue metaforizar e ficcionalizar na sua tessitura as nuances de discussões do seu momento de produção, seja a do IHGB, seja a produção de Francisco Adolfo Varnhagen, uma das principais fontes histórica dos oitocentos, construindo uma possível resposta para os problemas contemporâneos, que, no caso, concentra-se no fato dos jesuítas voltarem a ser uma ameaça ao Estado Imperial. Conforme veremos, José de Alencar repensa os jesuítas à luz das múltiplas facetas assumidas pela Companhia, relativizando o fato de os loiolanos escreverem “histórias” e o tom de verdade de seus documentos, e refletindo sobre os aspectos politizados da Instituição Inaciana.

### **Os jesuítas, suas escritas e possíveis confecções da história do Brasil: a Companhia de Jesus, suas práticas e dilemas**

Na nota alencariana de 1862<sup>1</sup>, Fernão Cardim é citado como fonte histórica, e o personagem desempenha na obra o papel de padre Provincial do Brasil da Companhia de

---

<sup>1</sup> Na construção dos alicerces do passado colonial, as fontes históricas referentes às notas de 1862, não por acaso, correspondem às mesmas do IHGB e às mesmas que circulam nos periódicos fluminenses desse período. Ao dar verossimilhança a sua prosa ficcional, Alencar cita historiadores contemporâneos à sua época, como Alexandre Herculano e Francisco Adolfo Varnhagen, e cronistas renomados do período colonial, como Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa. Vale comentar que o material escrito no período colonial é resgatado e coligido pelo IHGB, considerando que as obras de Cardim e de Sousa são publicadas por Varnhagen.

Jesus, como, de fato, desenvolveu no Brasil Colonial no ano de 1604. Entretanto, a presença deste jesuíta, seja nas notas de 1862, ou mesmo como personagem da obra, aponta para outras questões: o espaço que a Companhia de Jesus ocupou na colonização do Brasil e o espaço que seus documentos tomam como parte da escrita da História. Ou melhor: o romance ficcionaliza a História se fazendo.

Fernão Cardim cumpre o papel de padre superior e lidera a Companhia de Jesus; porém, é substituído pelo personagem fictício padre Molina. Se na América Portuguesa Cardim exerce a função de intermediário cultural entre a metrópole e a colônia, na obra, Alencar trabalha com a imagem da cultura escrita dos jesuítas, por meio da presença do alfarrábio, que simboliza as crônicas dos jesuítas, o registro da terra e do povo, bem como o meio de comunicação daquele momento. A conexão colônia-Espanha é possibilitada pelas trocas epistolares que representam e metaforizam a formação de uma organização que viabiliza dominar o mundo, pois

usadas como espaço de união, ação, informação, negociação, conflito, comunicação e sociabilidade intelectual, as cartas viabilizaram o governo da Companhia e a formação de uma organização mundial, através da escrita (PEDRO,2008. p. 29).

Dessa maneira, *As Minas de Prata* tenta recriar o percurso da Companhia na colônia e da própria escrita de sua História, pois:

A Companhia de Jesus jamais se descuidou do registro de sua própria história. Obrigados a escrever cartas e catálogos informando sobre seus empreendimentos e atividades em todo o mundo, os jesuítas cultivaram a prática de registrar suas obras e ações, a partir da imagem que construíram de si mesmos. Assim produziram uma quantidade assustadora de fontes manuscritas e impressas a partir do século XVI. (PEDRO,2008, p. 66).

As cartas jesuíticas construíram representações sobre povos e lugares onde se estabeleceram as missões, sobre como formaram visões sobre os domínios coloniais que se constituíam no alvorecer da modernidade; refletir sobre como, mais do que estabelecer visões e percepções, as palavras traçadas definiram parâmetros para a ação daqueles homens, constituem uma taxonomia qualificadora para o contato, são guias para viver na colônia. (FERNANDES, 2009, p. 178).

Sendo assim, as cartas, os alfarrábios, e a representação da escrita jesuítica permitem revisitar o lugar e o espaço que a Companhia obteve, gradualmente, no processo colonial e civilizatório do Brasil. Da mesma forma, no romance alencariano, as crônicas assumem um

espaço e uma especificidade. As cartas dos loiolanos pensam as experiências coloniais e o modo como os religiosos liam aquele espaço. Os alfarrábios trazem notícias dos habitantes da Bahia e dos seus principais acontecimentos, indiciando os rastros da própria História. Dessa maneira, as crônicas coloniais são ficcionalizadas na obra, e a confecção desse material é dada como um dos procedimentos da escrita da narrativa histórica.

Portanto, o efeito de verdade da prosa atestada por cronistas (e aqui damos atenção especial aos religiosos) metaforiza uma possível narrativa da História do Brasil que se buscava confeccionar em meados do século XIX, dado o esforço do IHBG, ao recolher, coligir e publicar os dados e escritos referentes ao período colonial. Não obstante, se o romance histórico de Alencar particulariza a história da nação nas reapropriações dos olhares dos cronistas religiosos e na própria temática da atuação da Ordem Inaciana, por outro, ele problematiza os níveis de verdade daqueles registros no questionamento da própria função da Companhia de Jesus no Brasil. Assim, Alencar tematiza o espaço ambíguo dessa Ordem ora na contribuição dos seus registros, ora no espaço que toma enquanto instituição religiosa.

Com efeito, a figura do alfarrábio cumpre um duplo papel: o de representar a escrita jesuítica e as possíveis circulações que aquela obra tomaria na Europa, e a de indiciar a própria confecção da obra de Alencar, que, se apropria da linguagem seiscentista, seja pela representação dos alfarrábios, ou seja pela ressignificação do discurso das crônicas jesuíticas. À luz dessa leitura, os procedimentos de construção do romance lançam o caráter metanarrativo da obra, ao trazer a sua própria estetização na construção das versões da história das minas. Nessa estetização, explora traços da oralidade, ao realizar a figuração das minas, construída “de boca em boca”, que indaga a própria existência do *El dorado*, e, por seu turno, a própria veracidade dos alfarrábios:

Tinha de feito esse frade, encerrado em sua célula, muitos anos depois do acontecimento, reconstruído **a verdade dissipada pela sombra dos tempos?** Ou seria quanto escrevera ele um **tecido de fabulas para bordar essa misteriosa invenção das minas de prata, com que a par de outras, se embalava a imaginação popular?** (ALENCAR, 1958, p. 1033, grifos nossos).

Nesse momento, o narrador questiona o conceito de veracidade dos escritos<sup>2</sup> dos jesuítas, pois, uma vez que partiriam do contexto popular, poderiam estar impregnados pela imaginação dos colonos, e, dessa forma, não estariam conjugados sob um olhar investigativo ou, principalmente, histórico. Entretanto, embora lance todo este questionamento, em seguida mostra que os jesuítas também poderiam estar embasados na história – construída pela tradição oral:

A obra do P. Soares tinha o cunho da **maior exatidão**; ele a bebera **na fonte da história**, onda sonora que desliza mansamente através das idades; **na voz dos séculos, que vulgarmente chamam tradição oral, não impura e toldada, como muitas vezes aparece a tona da publicidade, mas límpida e pura, filtrada pela consciência religiosa no confissãoário** (ALENCAR, 1958, p. 1033, grifos nossos).

Por esses percursos, o próprio romance, ao refletir sobre a escrita dos jesuítas, desdobra seu discurso para a discussão emblemática do romance no século XIX, entre ficção e o conceito de veracidade. Ao tomarmos que os jesuítas faziam “histórias”, o romance histórico, a crônica e os alfarrábios, se embasam na relação entre diferentes narrativas e diferentes níveis de veracidade, de modo que averiguamos que essas relações deságuam na imbricação entre imaginação e História, entre campo popular e campo histórico. Na obra, os registros seriam escritos por conta do que se ouvia no confissãoário, de modo que esse espaço se perfaz como o mediador entre duas culturas distintas.

Assim, as anotações e documentos daquela época, filtrados pela consciência dos jesuítas, são problematizados e relativizados pelo conceito de veracidade construído no século XIX.

---

<sup>2</sup>O conceito de veracidade dos escritos dos jesuítas também é discutido em distintos espaços, seja no IHGB, seja na Imprensa. No Instituto, os documentos de época são tomados como provas verdadeiras da construção de narrativas históricas, escritas por seus membros. Na imprensa, notamos uma postura próxima ao do IHGB, tendo em vista que os textos da Revista circulam pelas páginas dos periódicos. Posto isso, podemos citar o texto “Impressões sobre o Brasil” de Correa de Azevedo, publicado por um período no Diário do Rio de Janeiro (10/7/1852), que, ao reivindicar um verdadeiro livro da História do Brasil e de suas fases, contempla os escritos dos jesuítas como verdadeiros, em oposição às narrativas de alguns viajantes. No romance alencariano, podemos interpretar um viés questionador sobre o conceito de verdade desses documentos, o que poderia questionar as fontes de veracidade de seu romance histórico. Entretanto, podemos levantar a seguinte hipótese: se José de Alencar retira suas notas e suas fontes históricas na segunda publicação, ele já estaria deixando frouxos seus matizes no romance e deixaria para o leitor o questionamento sobre os aspectos de veracidade de sua obra.



Para além das anotações dos padres, cujos textos servem para descrever a terra a ser explorada, os registros jesuíticos também funcionavam como documentos de possíveis fundos monetários para a Companhia. Assim, a prosa de caráter histórico explora a missão multifacetária da Companhia de Jesus, que se ramifica na catequese dos índios, no ensino religioso, na pregação aos fiéis, e, ambigualmente, no levantamento de fundos:

Já na primeira cena da Ordem Religiosa, a narrativa consegue ficcionalizar as querelas jesuíticas:

Ao longo da sala estava uma mesa comprida, carregada de instrumentos astronômicos e matemáticos, de tinteiros, livros e papéis; aí, sentados, diversos religiosos aproveitavam a manhã para realizarem os trabalhos de paciência e estudo, que são o mais precioso legado deixado por essa Ordem à civilização moderna.

**Muitos copiavam manuscritos de história; outros traduziam em guarani as orações cristãs para uso dos indígenas; estes se entregavam a estudos de botânica e classificavam uma planta brasileira ainda desconhecida; aqueles tiravam a limpo suas observações astronômicas; alguns escreviam crônicas das religiões, ou cartas sobre o estado das reduções.**

Quem visse esses homens, assim ocupados em marcarem com o selo de sua inteligência todos os conhecimentos, em ligar seu nome, não já à religião, mas à história, à geografia, à política, à filosofia e até as artes, não se admiraria que, unidos pelo mesmo pensamento e dirigidos por uma só vontade, houvessem criado a Ordem poderosa que, espalhando-se pelo mundo, **dominou os tronos, curvou os reis, e lutou com os governos das mais fortes nações** (ALENCAR, 1958, p. 473, grifos nossos).

Essa descrição de suas funções, antes mesmo de apresentá-los, permite antecipar as indagações e representações das tarefas eclesiásticas, a partir de caracterizações que inserem uma dinâmica concorrencial e a prática capitalista nas doutrinas da Instituição. Por um lado, os jesuítas fizeram a história do Brasil e contribuíram com seus estudos e pesquisas no âmbito da ciência, da história, da etnografia, da geografia; por outro, a ambição desmedida, que é tracejada nessa primeira apresentação, é inversamente proporcional aos princípios tradicionais do catolicismo.

Tendo por modelo os personagens que se mitificaram nessa função, como Nóbrega e Anchieta, a obra apresenta o principal personagem desviante:

Havia apenas três horas que o P. **Gusmão de Molina** desembarcara e achava-se no convento: **ninguém sabia ao certo o que trazia ao Brasil e quem o enviava; mas era natural que tocado do mesmo fervor de**

**Nóbrega e Anchieta, viesse apostolar entre os selvagens e plantar a cruz nos desertos, cingindo-a com as palmas do martírio** (ALENCAR, 1958, p. 476, grifos nossos).

A partir da chegada de Molina no Colégio, o espaço e as funções dos inacianos começam a serem revistas e relidas. Esse discurso que especula e/ou desperta curiosidade em torno do motivo pelo qual aquele jesuíta que se encontra em terras portuguesas tenta apresentar ao leitor as supostas intenções do padre espanhol, que deveriam se emparelhar com as de jesuítas exemplares. Entretanto, esse discurso de apresentação ganha um fundo irônico diante da discrepância entre os referidos missionários e o caráter de Molina, desenvolvido no mesmo capítulo introdutório, sobretudo no item “Em que os argueiros parecem cavaleiros”. Nesta parte, o padre se mostra disposto a utilizar de todos os meios para encontrar as minas de prata, inclusive, da trapaça. Para manter sua verdadeira intenção sob o absoluto sigilo, ludibria os outros dizendo que o levantamento seria em prol da Companhia. O momento em que ele é nomeado padre Superior é significativo, à medida que identifica a assinatura de Cláudio Aquaviva afirma o seguinte:

Nós, Cláudio Aquaviva, pela autoridade da Santa Sé Apostólica e voto da Congregação, Superior Geral da Companhia de Jesus, nomeamos o reverendo P. Gusmão de Molina Visitador e Assistente na província do Brasil, e mandamos a todos os nossos irmãos, assim religiosos como seculares, por tal o reconheçam e lhe prestem obediência plena.

Em nome do Padre, do Filho, e do Espírito Santo, amén.

Dado em Roma na casa da Companhia, aos 5 de Agosto de 1608 (ALENCAR, 1958, p. 571, grifos nossos).

O documento de Cláudio Aquaviva é interessante, conforme esse dirigente da Companhia seria visto como responsável pela implementação de outras propostas, como a expansão financeira da Instituição. Sendo assim, esses indícios que despertam possíveis suspeitas da postura espiritual dos padres dão sentido ao primeiro conflito da narrativa: a querela dos jesuítas com o governador e senhores de engenho, que aparece, brevemente, antes mesmo da chegada de Molina:

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, **sustentavam contra os jesuítas grande questão da servidão dos índios**, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes [...] (ALENCAR, 1958, p. 418, grifo nosso).

Esse embate que passaria despercebido começa a ter significação após as revelações de padre Molina. Nesse sentido, a atuação dessas instituições mobiliza conflitos em torno da administração da colônia. Uma das possibilidades de leitura dessas querelas seria a disputa histórica de D. Diogo e dos senhores de engenho com os jesuítas. Sobre os embates políticos entre os representantes da Companhia e os do reino, as notas da edição de 1862 fazem referência à obra de Varnhagen, que assinala o seguinte:

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam populações, as terras braços próprios à cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam (1981, p. 113).

Em seu texto, Varnhagen explora o olhar de reprovação do governador quanto à atuação dos padres. A *História Geral do Brasil* traz a visão crítica de D. Diogo de Menezes sobre os jesuítas, como o fato de apontar a “**má natureza dos padres**”. A nosso ver, a ressemantização desses fatos no romance, que, a princípio, está relacionada com a querela entre jesuítas e o governador, se desdobra em diferentes dimensões da representação da Companhia, ganhando tons com os procedimentos do padre espanhol. Nesse sentido, o registro dos membros clericais seria manipulado de acordo com seus interesses e, sobretudo, com o que os personagens lhe contavam no confessionário, de maneira que os documentos são escritos segundo as atividades suspeitas da Companhia.

Articulada com os embates políticos e eclesiásticos, a primeira problematização do nacional se instaura no contraste entre os primeiros missionários e os desviantes da função espiritual, o que também é explorado por Varnhagen. O historiador ainda critica a “filantropia” empregada pelos jesuítas, já nos primeiros anos de colonização, e demonstra o quanto era frágil a construção desse passado colonial, ao denunciar os abusos de alguns religiosos e valorizar o esforço de outros:

**Pelo que respeita aos jesuítas, cumpre dizer que os primeiros, principalmente os dois a quem o Brasil reconhece dever maiores serviços, Nóbrega e Anchieta, não eram eles sectários das ideias de Las Casas.** Aquele escrevia mui terminantemente a Tomé de Sousa: “Em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os Castellanos nas terras que conquistaram, e no Paraguai o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que há na terra...” “E se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com ele, como por experiência vimos todos esse tempo que com ele tratamos, com muito

trabalho, sem dele tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos”.

[...] A música atraiu assim a civilização, do meio dos bosques, muitos que se estavam criando para homens-fera; e **Nóbrega foi quase um segundo Orfeu em nosso país.**

**As providências de mal entendida filantropia**, decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pelas políticas dos jesuítas, foram a causa de que os índios comessem pouco a pouco a ser unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade.— Era uma verdadeira monomania do pseudo-filantrópico Las Casas a de deixar aos Americanos todos no mesmo estado em que estavam; pois que a verdadeira filantropia ou o amor da humanidade não era quem o movia, quando ele por outro lado pregava a conveniência da escravidão africana, e em 1511 lembrava, para haver mais escravos, que não pagassem direitos os Africanos que se levassem à América! Nem que o seu propósito fosse transportar à mesma América! Nem que seu propósito fosse transportar à mesma América toda a Etiópia (1981, p. 220, 243, 220; grifos nossos).

Esse duplo olhar é aproveitado na obra de Alencar, que contracenava duas posturas distintas na atuação dessa instituição. No decorrer da prosa, o narrador dá as coordenadas do posicionamento de padres, que dicotomizam o proceder da Ordem. Se a representação dos jesuítas está vinculada aos primeiros conflitos da narrativa ficcional, os quais são discutidos pelo trabalho de Varnhagen, ela também se apropria dos postulados do IHGB sobre as imagens positivas e negativas dos inicianos. Tomando a especificidade que esse *Instituto Histórico* possui no Império, analisaremos o espaço que concede à Ordem e sua metodologia na reinvenção dos inicianos. Atentaremos, sobretudo, para a divisão da Corporação entre jesuítas missionários e políticos, ideia que repercute em *As Minas*.

### **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José de Alencar: os dois lados da Companhia, de Vieira aos jesuítas expulsos por Pombal; de Padre Lourçal a Molina**

No IHGB, a construção da memória da pátria prescreve a reinvenção da Companhia de Jesus e a sua mitificação como Instituição fundadora da civilização e do progresso na “gênese da nacionalidade brasileira”. Os textos produzidos pelos membros do IHGB formam imagens consagradas e cristalizadas da Ordem, por meio de um discurso que, embora se apresente com nuances de posicionamentos críticos entre os sócios do Instituto, engrena a defesa dos “guerreiros jesuítas” na escrita dos textos dos seus membros durante as décadas de 1840, 1850 e início da de 1860, e potencializa a empresa religiosa como grande “salvadora” dos

selvagens, que lutou e se sacrificou em prol da América Portuguesa. Durante o período referido, as publicações levantam documentos e escritos sobre os inacianos no contexto colonial, porém, não estão restritas em apenas conhecer os primeiros séculos do Brasil, mas também em indagar sobre questões políticas do Império.

De forma predominante, a década de 1840 marca uma discussão positiva sobre a temática dos jesuítas. Elogia-se o sistema de catequese e a contribuição dos missionários no processo civilizador. Se por um lado, detectamos um discurso que reverbera a preocupação com a imagem de heroísmo dos inacianos, por outro lado, os sócios produzem um discurso de objeções à atuação política dos jesuítas no período colonial. O secretário Januário faz algumas restrições aos inacianos no que toca ao seu caráter político no período colonial. Nesse ponto, o Instituto estaria sintonizado com as querelas estrangeiras sobre o avanço dos inacianos, mas, sobretudo, com as querelas nacionais.

Segundo Domingos (2009), a presença contemporânea dos jesuítas no sul do país fez com que o sócio criticasse a intervenção dos jesuítas no poder governamental. Essa discussão se estende para a década de 1850. Neste momento, os sócios ainda reverberam a imagem positiva da Companhia, porém, apontam os seus deslizamentos, fato que estabelece um movimento pendular no debate: as nuances entre positivo e negativo que acompanham as reflexões feitas pelo IHGB. A relação do Instituto com a temática dos jesuítas acompanha as relações políticas do Brasil Imperial e, por conta disso, os embates sobre a Companhia caracterizam três momentos distintos: década de 40, marcada pela imagem positiva dos jesuítas, década de 1850-60, ainda marca a imagem positiva, porém, apresentam-se os problemas da Companhia, e década de 1870, com conflito acirrado entre jesuitismo e antijesuitismo. Levando isso em conta, passaremos a analisar alguns textos sobre a temática dos jesuítas, entre as décadas de 1840-50, atentando para a construção de um discurso consensual sobre os jesuítas no IHGB, que esbarra em posturas destoantes entre os próprios sócios (DOMINGOS, 2009). O IHGB sistematiza as informações sobre o Brasil Colônia, inserindo os primeiros jesuítas num aproveitamento literário e formalizando o lado positivo de seu mito. No reverso disso, o mito gestado por Pombal reflete nos seus questionamentos. Dimensionando os dois mitos, a narrativa histórica de Alencar promove uma leitura ambígua quanto à interpretação da Companhia no Brasil Colonial, interagindo com os posicionamentos oscilantes do IHGB.

Os dois padres apresentados em *As Minas*, o padre Molina e o padre Louriçal, metaforizam os lados da Companhia, o espiritual e o corrupto, sendo que a formulação negativa deste último é escrita dos libelos no período de Pombal. Esses pontos ficcionais estabelecem um elo com os documentos e textos do IHGB. Sendo assim, como os dois gêneros, a narrativa de ficção histórica e a narrativa histórica representam os jesuítas? Ou melhor, como Alencar, escrevendo duas décadas após os primeiros textos do Instituto, reaproveita e relê a Companhia? Pensamos que, para o romancista escrever sua prosa, ele teria acesso a tais informações, pois partimos da hipótese de que a construção dos padres Molina e Louriçal é uma readaptação das leituras do IHGB sobre os inacianos.

No texto inaugural da *Revista*, Januário da Cunha Barbosa escreve um discurso sobre a confecção da história do Brasil e apresenta balizas e possíveis assuntos para dirigir esta escrita. Uma delas se ancora na atuação dos jesuítas:

A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdivida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da civilização. Ou ela se considere pela conquista **de intrépidos missionários**, que tantos povos atraíram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente,...; ou pelo lado das ações guerreiras, na penetração de seus emaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias,..., e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes ideias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz (RIHGB, 1839, p. 10, grifo nosso).

Já nas considerações sobre a História do Brasil, a Corporação é apresentada como uma Instituição que escreveu *Histórias* e se inscreveu no território brasileiro. Segundo o secretário, os jesuítas teriam importância em várias práticas do Brasil Colonial, seja na catequese, na guerra, ou na bandeira, de forma que os loiolanos não seriam vistos apenas como missionários, mas também como personagens atuantes na unificação do território frente às ameaças internas e externas.

Quanto ao fato de os escritos da Companhia de Jesus poderem indicar possíveis confecções da História do Brasil, os materiais produzidos pelos inacianos, em grande escala, são resgatados, escolhidos e lançados pelo IHGB, e já apontam possíveis direções na História, além de formularem os seus próprios mitos. Esse resgate da prática epistolar ganha outros

significados, podendo ser lida e interpretada sobre a conexão dos jesuítas em diferentes lugares, o que valida e legitima sua força na colonização. Na reinvenção do IHGB, a Ordem Inaciana passa a ser vista como elemento de formação indissociável da cultura seiscentista.

Já na primeira fase do discurso do Instituto na década de 40, os letrados sistematizam os documentos de época, trazendo à tona cartas e crônicas jesuíticas que comprovam os textos escritos pela *Revista*, numa rearticulação que consome o mito positivo jesuítico. O discurso volta ao passado e abre uma fissura que permite projetar a questão da política colonial, o acúmulo do poder pelos jesuítas, na política imperial, e, dessa forma, proteger o Império da intromissão dos jesuítas. De forma geral, o secretário Januário aprova a atuação dos loiolanos no Império e suas práticas de catequese, porém, para que não concorressem com o poder temporal, como no passado, para Januário, deveriam estar sob a proteção do Estado Imperial.

Os textos do IHGB, amplamente aureolados, surgem ao lado do ataque à Igreja e da divulgação de notícias sobre os loiolanos na imprensa. A inscrição dos jesuítas no passado não só faz parte de um projeto programático do Instituto, mas também da construção do mito positivo jesuítico que integra o processo histórico do Brasil, desafiando o presente. Nessas brechas, demarca suas ressalvas à lógica concorrencial, ainda com um tom singelo. Constatamos que a metodologia das revistas estudadas, que levantam a bandeira em defesa da Ordem, tem como estratégia o redimensionamento das doutrinas da Ordem para seus feitos do passado.

Na década de 1850, os questionamentos sobre a Instituição inaciana ganham um percurso sinuoso diante das indagações sobre o passado, ancoradas na política do Marquês de Pombal, e nos próprios deslizes da Companhia perante suas doutrinas. Uma das principais críticas desse momento é a do Cônego Fernandes Pinheiros, que confecciona o mito negativo, composto pelos aspectos questionáveis dos inacianos, cujas suspeitas e insinuações estampam o quadro da imprensa e das querelas do âmbito internacional. O movimento antijesuítico é recomposto do período do Marquês de Pombal, sobretudo, pela ampla divulgação de libelos, como as *Monita Secreta*, a serem analisadas na segunda parte desse estudo, que sistematizam e dão força às leituras negativas desde o surgimento da Companhia. Sendo assim, o Instituto, ao divulgar documentos sobre o contexto de Pombal, reabsorve e reescreve as propagandas contrárias aos loiolanos que compreendem tal período.

Em 1856, o Cônego Fernandes Pinheiro publica o texto “Breves reflexões sobre o Sistema de Catequese”, e o seu discurso traz um olhar crítico à *Revista*, que passa a rever os jesuítas sob outro prisma, também explorado no romance alencariano. O cônego mostra dois momentos da Companhia de Jesus: o primeiro momento em que os jesuítas como Nóbrega, José de Anchieta e o Luís da Grã, exerciam a catequese lançados sob o prisma da doutrina de Loyola, e o segundo momento, em que os jesuítas passaram a ser corrompidos pelos movimentos das bandeiras e, perdendo os objetivos de sua doutrina, passaram a escravizar os indígenas.

Sendo assim, o cônego acredita que as ordens religiosas ainda poderiam catequizar os índios, e os missionários da primeira fase colonial serviam de exemplos. Porém, Pinheiro não deixa claro se, entre elas, estaria a dos jesuítas. Parece-nos que, por conta das restrições que faz à Ordem dos inacianos, a ação de catequese não se estenderia a eles. Ou, caso se estendesse, ela deveria operar sob a proteção Imperial.

A imagem da degeneração da Companhia no decorrer dos séculos é reverberada e retificada nos textos da década 1850, tornando-se uma tópica para aquele momento. Na década de 50 e início da de 1860, a discussão passa a ser mais sintonizada com a querela da colonização, e com a acumulação do poder temporal e espiritual dos jesuítas; questionam-se os inacianos, principalmente a partir das novas reformas impostas pela política do Marquês de Pombal. As discussões com a situação do Império tomam maior vigor e, neste sentido, não há como o Instituto se subverter dos debates atuais a sua publicação, de maneira que demonstra preocupação e se envolve ativamente não somente quanto à escrita da memória do passado, mas também quanto aos acontecimentos atuais do Brasil Império. No trâmite de notícias e pontos de vista de distintos lugares, Alencar se posiciona e escreve suas respostas literárias.

### ***As minas de Prata e os mitos jesuítas: imoralidade, corrupção e redenção em Alencar***

Em *As Minas de Prata*, Alencar readapta do discurso histórico oficial a questão da mitificação dos primeiros inacianos, a tópica do acúmulo de poder, os problemas da colonização, e a prática epistolar. Assim como na *Revista*, a Companhia é indispensável na cultura colonial, de maneira que o Colégio da Companhia de Jesus em *As Minas de Prata* é representado como um dos principais espaços de tramas dentro da obra, espaço onde Molina desenvolve seus planos e reúne os principais de sua Ordem. Os inacianos fazem parte da



organização da colônia, de forma que a narrativa reapresenta suas funções e tarefas, suas práticas e os modos como lidam com as situações adversas da colônia.

À luz das controvérsias sobre a Companhia de Jesus, *As Minas de Prata* reinterpreta as nuances de posicionamentos manifestados no IHGB, a ação narrativa distingue as duas épocas da Ordem Religiosa, “a dos “santos” e a dos “políticos”<sup>3</sup>. Partimos da hipótese de que o romance ficcionaliza em diferentes dosagens o mito negativo e o mito positivo da Instituição Eclesiástica.

No romance histórico, a situação de corrupção e relaxamento moral – representando o afrouxamento da conduta religiosa – sugere no seu reverso modificações eclesiásticas. Os meios controversos usados por Molina são associados a uma cadeia de elementos reformadores da Igreja Católica (como a concepção de vida religiosa mais maleável do padre Visitador, bem como a sua exploração da individualidade e do saber e seus projetos para explicá-los por meio da vontade divina numa perfeita simbiose), que dinamizam o recolhimento do padre Louriçal ao sertão, sinalizando a percepção crítica da obra em torno da inovação da Companhia.

O padre Louriçal se retira do Colégio dos Jesuítas e prefere fazer suas pregações longe da cidade. Neste ponto, a obra representa a missão catequizadora dos jesuítas e suas dificuldades perante as diversidades das matas embrenhadas, bem como a resistência dos aborígenes.

Nesse contexto, o jesuíta se encontrava em pleno ritual antropofágico, e, após ser salvo pelo protagonista, continua sua missão no sertão:

– Esta é minha missão, Estácio, enquanto não chegar a minha hora. Até lá **Deus virá em meu auxílio**, como hoje, como tantas outras vezes. Aqui serviu-se ele dos vossos braços valentes, meus filhos; lá da voz débil de seu

---

<sup>3</sup>Retomamos aqui o texto de J. C. Fernandes Pinheiro sobre a divisão da Instituição Religiosa em dois períodos, sintetizando os posicionamentos contra e a favor da Ordem, que são reapropriados na narrativa de Alencar. Podemos observar que a atuação da Companhia de Jesus era lida e interpretada diante de suas contradições e deslizos. Assim, se o ensaio do IHGB legitima essa leitura por meio de seu discurso institucional, na imprensa, já encontramos essa interpretação sobre os períodos da Ordem anterior à publicação de Pinheiro. O texto *O Cristianismo no Brasil* (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jul 1852) divide os domínios dos jesuítas em duas épocas: a fase dos missionários e a fase do poder e da ambição. Esse ângulo de vista sobre a instalação dos jesuítas no Brasil, ainda em 1852, antecipa o texto do Cônego Pinheiro em 1856. Entretanto, o autor de *O Cristianismo* defende a Instituição Religiosa, mostrando os grandes serviços prestados ao Brasil e argumentando que qualquer Instituição tem seus delitos.

servo; amanhã ninguém sabe de quê. Tudo serve aos poderosos desígnios da Providência. [...]

Estácio desde a separação do Padre Inácio, que ficara pensativo; aquela nobre abnegação e sublime caridade deviam de impressionar uma alma feita como a sua para os grandes e generosos impulsos. Ele envergonhou-se de seu valor e intrepidez comparando-os àquele sereno heroísmo do mártir, que em outro estímulo mais que a fé robusta, se afrontava com o suplício horrível e bárbaro, e buscava a morte obscura e ignorada com o mesmo entusiasmo do soldado que marcha à conquista da glória no campo de batalha (ALENCAR, 1958, p. 1145, 1146, grifo nosso).

Nas passagens que simbolizam o sacrifício do padre Inácio em nome da Ordem<sup>4</sup>, a estrutura textual articula os aspectos estéticos e temáticos das crônicas da Companhia de Jesus, como a visão providencialista e os ingredientes do discurso épico, que se reestruturam no discurso literário sobre a atuação espiritual do missionário. Assim, a presença de Inácio no sertão consagra e sacraliza a imagem dos jesuítas como peregrinos, dispostos a arriscar sua vida pela pregação, elementos veiculados pelos tratados referentes à Companhia, como o livro do Padre Simão de Vasconcelos, o de Fernão Cardim, e dentre aqueles que aparecem citados na própria obra de Vasconcelos. Ao lado dos escritos da própria Companhia, a imprensa e o IHGB representam os primeiros anos dos jesuítas na América como o “período áureo”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A tarefa do missionário representado pelo personagem de Inácio articula os pontos em comum sobre os tempos áureos da Ordem no espaço do IHGB e no da imprensa fluminense, ao mesmo tempo em que redimensiona algumas imagens dos jesuítas em romances nacionais, como *Calabar* e o *Forasteiro*. O romance *O Forasteiro* (1855), de Joaquim Macedo, publicado na *Marmota Fluminense*, explora a figura do jesuíta como agente civilizador, responsável pela regeneração dos índios: “A mãe de Iveta era uma indígena arrancada do seio do deserto e das trevas do paganismo pela luz benéfica da religião: **antiga catecúmena dos Jesuítas**, achará nas águas do batismo a regeneração da alma [...]” (MARMOTA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 554, p. 2, 20 fev. 1855; grifo nosso). Nessa obra, a narrativa reestrutura os loiolanos como salvadores da pátria, sob a perspectiva dos anos áureos da Companhia, projeções que também são reinterpretadas por Alencar. Estabelecemos pontos em comum entre os romances nacionais do período abordado e *As Minas de Prata*, contudo, não os analisaremos em um capítulo específico.

<sup>5</sup> Na trama alencariana, as fortes imagens exploradas do jesuíta sacrificado no sertão faz jus à figura do missionário, contemplando os inacianos mártires do Brasil. Dos jesuítas da primeira geração, damos relevo ao jesuíta Anchieta que ganha espaço por conta de sua Beatificação em Roma (A ABELHA RELIGIOSA, Rio de Janeiro, p. 4, 1 ago. 1854). Assim, os tempos áureos dos inacianos são simbolizados na imagem do padre Inácio. A mitificação dos jesuítas da primeira geração construída pelo IHGB ganha força ao ser legitimada em Roma, servindo de fonte histórica a obra de Alencar: “Cartas de Roma anunciam que para dezembro ou janeiro seguintes, estará já terminada a causa dos quarentas jesuítas, que tendo por chefe o padre Inácio de Azevedo, e dirigindo-se ao Brasil, foram martirizados junto à ilha das Palmas, pelo furioso calvinista Jacques Soria, em 15 de julho de 1570. Desde muito que tem culto público em Roma, e parece que o processo tem por final principal provar a

Na contraposição, a representação de Molina<sup>6</sup> reapropria o discurso crítico construído pelos deslizes dos representantes da Companhia IHGB que corrompem as doutrinas religiosas. A reinvenção desse inaciano assemelha-se ao arquétipo do jesuíta Rodin, de Eugène Sue, pois o padre espanhol reúne inúmeras características do chamado “mito negro jesuítico”.

Ao discutir as duas imagens dos jesuítas<sup>7</sup>, a obra se debruça criticamente sobre a postura do padre Visitador, seja por seu percurso completamente corrupto, desde o momento

legitimidade desse culto” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 22 dez. 1853). O culto apresentado pelos jesuítas redimensiona as imagens de tortura dos loiolanos no Brasil, enquadrando-os dentro do discurso que reconstrói os inacianos como missionários, dispostos a morrer por sua missão. Nesse sentido, eles são representados como poderosos modelos de integrantes a serem seguidos, de forma que aponta uma linha de continuidade, pois a atuação deveria ser seguida. Ou seja, os jesuítas em Roma, ao mesmo tempo em que circunscrevem a memória do seu passado, a projeta para o presente, fazendo-se legitimar no culto, representante das linhas tênues entre passado-presente. A imagem do culto cumpre uma relevante função no reestabelecimento da força da Ordem. Da mesma forma, José de Alencar, ao construir os sacrifícios do personagem Inácio, consegue reviver o passado simbólico da Ordem, estendendo para sua obra os sentidos contemporâneos a ela, com os quais os seus leitores poderiam ter acesso. A rede de significação aumenta, ao levarmos em conta o romance de Eugène Sue, o *Judeu Errante*, que representa o jesuíta Gabriel sendo sacrificado na América.

<sup>6</sup> “[...] o padre Molina, expressão a mais elevada e singela do janota do século XVIII, é superior ao Rodin de Eugenio Sue, e digno êmulo do P. Ventura, de Rebello da Silva. (GARNIER, B. L. **Catálogos dos livros de que é editor**. v. 257, n. 2)”. Na breve descrição de *As minas de Prata* no catálogo Garnier, o padre Molina aparece como uma figura elevada, superior ao personagem Rodin, de *O Judeu Errante*, de Sue, e digno do P. Ventura (aparece no romance *A mocidade de D. João VI*, de Rebello Silva). A leitura do catálogo permite registrar as leituras contemporâneas a obra de Alencar e seus possíveis alcances e diálogos, uma vez que forneceria ao leitor as primeiras impressões do romance. Tendo isso em vista, apesar de Molina ser comparado a Rodin, ele não é descrito com características que o desqualificam, de modo que pudesse desfavorecer o interesse do leitor pelo livro. Apesar de o texto apreciar o personagem de Molina, podemos observar a importância desse personagem, ao figurar dentre a seleção de outros descritos pelo catálogo, como Estácio, Vaz de Caminha e D. Diogo Menezes.

<sup>7</sup> A leitura da divisão da Companhia em dois momentos divulgada na década de 1850 também pode ser encontrada na década de 1860, o que é significativo para a reinterpretação que a trama de Alencar faz do jesuíta, principalmente, quanto à representação dos sacrifícios. No ano de 1864, *O Correio Mercantil* publica um texto intitulado *Ao Acaso*, no qual uma das discussões levantadas relaciona-se à comemoração de Todos os santos (Dia de Todos os Santos). O autor M. A. parte de algumas reflexões propostas por um sermão de Vieira, que reflete sobre os meios de ser santo e cita alguns exemplos de religiosos. Tomando as próprias considerações de Vieira, o folhetinista reafirma os tempos áureos da Companhia e critica sua decadência posteriormente. Essa releitura reapropria-se das do IHGB e dialoga com os primeiros capítulos de *As Minas de Prata*, cuja narrativa descreve a figura do padre Molina. No final da escrita dessa obra em 1865, percebemos pontos em comum entre o romance alencariano e o texto *Ao Acaso*, tão próximo da publicação de Alencar, o que nos permite observar leituras consonantes entre as décadas de 1850 e 1860: “Que diferença entre o primeiro e o último [jesuíta]. O primeiro depois de uma vida de suplício por amor de Cristo, morre pregado em uma cruz [aqui fazemos alusão à imagem do personagem no ritual antropofágico], **de cabeça para baixo, por**

em que negocia sua entrada na Companhia, até o último momento, em que passa por um processo de redenção. O seu trajeto na Companhia envolve uma série de polêmicas e intrigas, seja na sua intromissão no Colégio, momento em que anuncia sua nomeação como padre Supervisor, substituindo Fernão Cardim; nos seus ideais que sobrelevam o acúmulo de funções; e ou nas suas atitudes manipuladora perante outros jesuítas.

A dimensão narrativa ressemantiza as imagens daqueles padres no Brasil Colonial, projetando-os dentre importantes missões e funções, e sobrelevando seus martírios e dificuldades naquele momento. Registra, por sua vez, um ponto de contraste com as futuras atuações daqueles inacianos, pois, se por um lado, durante a reunião, eles se deixam dominar por Molina, aceitando as condições impostas por este, por outro, as suas antigas atuações demonstram que eram jesuítas íntegros, mas que se corrompem por conta da administração do padre Supervisor<sup>8</sup>. A partir desse momento, a ambição desse missionário movimenta uma série de contatos e de alianças entre os personagens para conseguir chegar às minas. Sua trajetória no percurso narrativo promove uma engrenagem dirigida de acordo com os sentidos contemporâneos a Alencar atribuídos aos jesuítas: as asserções críticas sobre a influência dos jesuítas. Porém, particularizando a produção de sentido do seu romance, o autor opta por “salvar” o inaciano, por meio de um processo de redenção, cujo procedimento gera soluções que alcançam variadas interpretações. O representar de um passado glorioso para a nação não teria espaço para personagens corruptos e imorais, e, assim, solucionaria as ambiguidades de “servir a El Rei e à Religião”. Ao mesmo tempo, o discurso, ao transitar para a

---

**uma piedosa repugnância de morrer como o divino mestre;** – o último come tranquilamente os rendimentos dos estados pontifícios, conversa politicamente com os diplomatas, e combina meios de ter mais dois ou três palmos de terra, além dos sete que lhe hão de competir por morte” (CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, p. 1, 1 nov. 1864; grifo nosso.) O autor ainda assinala que a imagem da crucificação é empregada metaforicamente, relacionada ao pregador de “coração limpo”. Nesse sentido, podemos constatar as perspectivas dadas a ler na mesma década de escrita de *As Minas de Prata*, ora na figura do missionário sacrificado, ora na figura do degenerado, de modo que, apesar de a narrativa alencariana não trazer esses representantes sobre as vestes de personagens históricos, eles conseguem “alegorizar os embates do momento”.

<sup>8</sup>Nota-se que a narrativa explora a figura do jesuíta como conspirador e, nesse ponto, tende a apontar as formas pelas quais os jesuítas amplificam seu poder. Da Espanha, Molina visita à colônia brasileira, retorna a Roma e volta ao Brasil, de onde mantém contato com Claudio Aquaviva na Europa, além de deter pleno domínio sobre os jesuítas da Bahia. Essa conexão Brasil-Europa nos permite entender os possíveis pontos de convergência da narrativa histórica com as críticas da imprensa sobre a expansão dos jesuítas no exterior e mesmo no Brasil. Tanto no espaço da imprensa quanto no fictício, os jesuítas são representados como religiosos que se alastram rapidamente por distintas regiões.

contemporaneidade de Alencar, possibilita projetar uma credibilidade à prática dos jesuítas do atual Império. Os momentos finais de Molina, tendo o altar como símbolo da purificação, evidenciam o seu processo de redenção, ao lado de Dulce, que os tranca no subterrâneo de sua casa, e quando Estácio chega para salvá-los.

Nessa trajetória, reconfigura-se a credibilidade perdida pelas figuras dos jesuítas, pois, uma vez que o padre mais corrupto se regenera, os outros missionários também poderiam enveredar pelo mesmo caminho. Contudo, o romance silencia quanto à atuação dos jesuítas posteriormente ao retiro de Molina para o sertão, o que suspende a trajetória da Companhia na obra e os possíveis caminhos pelos quais ela tomaria no Brasil Colonial, e, por sua vez, na contemporaneidade. Sendo assim, podemos observar que as movimentações oscilatórias entre positivo e negativo na reinvenção da Ordem na obra, relacionadas à ausência representativa sobre a Instituição Religiosa após a redenção de Molina, metaforizam não só os embates da atuação da Companhia na colônia, mas também o próprio dilema sobre os inacianos na colonização do Brasil Imperial. O afastamento de Inácio da Companhia e a retirada de Molina, ambos distanciados do lado corrupto do Colégio, podem metaforizar a impossibilidade da presença dos inacianos na contemporaneidade. Eles só poderiam ser úteis afastados do lado político da Ordem. O retorno ao sertão dos dois frades concebe um tom mítico ao romance, rearranjado segundo a mitificação do IHGB sobre os anos áureos da Companhia. Sendo assim, a formação da gênese do país conta com o apoio de padres missionários, aludindo à canonização dos jesuítas.

O romance histórico alencariano responde ao seu tempo, ficcionalizando as grandes querelas do IHGB, alicerçando um movimento de contestação à Companhia e descrevendo os aspectos decadentes dessa Instituição, que chega ao ponto máximo com a expulsão dos jesuítas. Podemos interpretar que a atualização que a Companhia obteve no seio da Igreja Católica não representa a Ordem que deve permanecer no Brasil.

## **Conclusão**

Atendendo às necessidades do Império, Alencar tocou nos assuntos polêmicos sobre os jesuítas, como a concorrência temporal do poder, num momento em que eles não atendiam às demandas do Estado, num momento em que a crítica do cônego Pinheiro sobre a divisão da Ordem já corroera a aura dos primeiros loiolanos. É sintomática a solução apresentada por

Alencar, o silêncio diante da continuidade dessa Instituição, ou mesmo, a sua negação. A internacionalização da Companhia, representada por seu poder em diferentes países, deslocou o sentimento de pertença: ela estava desajustada com as novas demandas. A discussão seiscentista se projetou na discussão do Império, de forma que Alencar dialogou com seus contemporâneos, tendo em vista que suas reflexões foram interventivas e interagiram com os letrados que discutiam a presença dos jesuítas no Brasil.

Em *As Minas de Prata*, as releituras dos loiolanos ganharam um projeto conciliatório, em certa medida, exaltou-os no passado, e acusou-os no presente, pois poderiam se tornar “um estado dentro de outro”. Ora, Alencar solucionou as ambiguidades da Companhia junto aos ideais nacionalistas.

Sendo assim, tentamos compreender e interpretar os possíveis significados das representações dos jesuítas em *As Minas de Prata*, a partir da reconstrução dos dilemas sobre os loiolanos, seja na esfera política ou na literária, o que possibilita ressemantizar os significados estético, literários e políticos que dão forma ao romance.

## Referências

ALENCAR, José. *As minas de Prata*. In: \_\_\_\_\_. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v. 2.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e memória**: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886). 2009. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FERNANDES, Eunícia Barros. Fernão Cardim: a epistolografia jesuítica. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, p. 176-198, 2009.

PEDRO, Lívia. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: biografia de uma obra. 2008. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. t. I/ II.